



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

CNPJ 92.724.145/0001-53



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. Relatório da Diretoria - A Diretoria da Companhia RioGrandense de Mineração - CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período. **1.1. Apresentação da Empresa** - A Companhia RioGrandense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual criada pela Lei nº 8.835/63, inscrita no CNPJ sob nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação de mineração durante 2021 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais. **Missão:** Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado. **Visão:** Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública. **Valores:** Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se refletem pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência. Os princípios que guiam a CRM são: Ética; Honestidade; Preservação Ambiental; Produtividade; Transparência; Qualidade. **1.2. Conjuntura Econômica** - O mundo seguiu enfrentando a situação de pandemia causada pelo Covid-19 ao longo de 2021 e seus impactos na economia mundial. No Brasil, apesar da queda na taxa de desocupação e aumento do PIB frente ao esperado, foi registrado um grande aumento na inflação, cotação do dólar e taxa de juros, além da queda no rendimento médio da população e, somando-se a tudo isso, ainda há a expansão de uma nova onda da Covid, a Ômicron. O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia, apresentou crescimento acumulado de 5,7% ao 1º trimestre de 2021, já acima da projeção inicial esperada pelo mercado e apresentada pelo Banco Central do Brasil, que era de crescimento de 3,40% para todo o ano. Esse resultado só foi possível pela forte recuperação nas atividades de serviços que compensou os baixos resultados nas atividades de comércio, indústria e agropecuária. Para 2022 está estimado em 0,36%, ou seja, a expectativa do mercado é de redução do PIB. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desocupação do último trimestre disponível (set/out/nov/2021), de 11,6% e caiu 1,6 ponto percentual em relação ao trimestre de jun/jul/ago (13,1%) e 2,8 pontos percentuais frente ao mesmo trimestre móvel de 2020 (14,4%). Apesar do recuo, a população desocupada no país soma 12,4 milhões de pessoas. Possivelmente o aumento da ocupação foi puxado por postos de trabalho com salários menores, já que ao mesmo tempo houve redução no rendimento real habitual (descontada a inflação) que foi de R\$ 2.444,00 no maior rendimento da série histórica, iniciada em 2012 pelo IBGE. A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2021 foi de 10,08%, bastante superior à inflação de 2020 que atingiu 4,52%, e muito acima da meta e do teto definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,75% e 5,25%, respectivamente. O IPCA também ficou acima da expectativa do Banco Central do Brasil para o período, que era de 3,32%, segundo Relatório Focus. Os principais elementos que puxaram a inflação para cima foram itens básicos como combustíveis, alimentos e energia elétrica, devido à crise hídrica. Como resposta, a tentativa de controlar a inflação, o Banco Central elevou sucessivamente a taxa básica de juros, SELIC, de 2,00% para 9,25% para 2021. Para 2022, a expectativa do mercado é de inflação em torno de 5,03%, isto é, tende a perder um pouco de força como resultado da diminuição da demanda, resultando da forte alta dos juros e da atividade fraca. Ao contrário das reduções observadas em 2020, quando a taxa SELIC chegou ao seu menor patamar na história, em 2021 a SELIC teve uma série de aumentos pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, iniciando o ano em 2,00% e encerrando em 9,25%, muito acima da taxa de 3,00%sa projetada. Como dito, os aumentos tiveram como objetivo desacelerar a economia e conter a inflação, pois encareceram o crédito, reduzindo a demanda por produtos e conteúdos de preços. A previsão para 2022 é de mais aumentos para a taxa, chegando em até 11,50%. O dólar fechou o ano em R\$ 5,58, valor acima da expectativa do mercado que era de R\$ 5,00, e também acima da cotação de 2020 que foi de R\$ 5,20. Para 2022, a projeção para a moeda norte-americana é de R\$ 5,50, ou seja, a cotação deverá se manter no mesmo patamar devido às muitas incertezas geradas pela corrida eleitoral brasileira. No setor energético, o Ministério de Minas e Energia prevê 28 leilões do setor elétrico entre 2022-2024, sendo 22 de geração de energia, o que pode incluir projetos que envolvam a CRM. Além disso, o Presidente da República sancionou o projeto de lei que prorroga a contratação de térmicas a carvão em Santa Catarina, por 15 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2025. O ato foi publicado no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 2022 e estão sendo feitos esforços para que a lei seja estendida para o Rio Grande do Sul e Paraná. No Estado do Rio Grande do Sul, quanto à pretensão do Governo em privatizar a CRM, o Governador se manifestou dizendo que a situação está em aberto e que a CRM vai merecer uma revisão no encaminhamento, devido à sua ligação à CGT Eletrosul e influência econômico-social na região de Candiota. **1.3. Desenvolvimento Operacional - 1.3.1. Produção e Comercialização:** Durante 2021 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para a quantidade mínima contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGT ELETROSUL. Em função do Recito Termo Aditivo, a CRM entregou aproximadamente 500 mil toneladas de carvão sem o devido resarcimento financeiro, ocasionando uma perda não contabilizada de 54 milhões de reais. O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio, por tipo de carvão:

TIPO	2017	2018	2019	2020	2021	VARIACÃO % 2021/2020
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4700	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4200	0	0	0	0	0	0,00%
CE 3300	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1.119.461	1.875.151	67,50%
CE 3100	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4200*	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500*	0	0	0	0	0	0,00%
ROM	0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1.119.461	1.875.151	67,50%

* Fines

1.3.2. Produtividade: A produtividade do exercício de 2021 foi determinada pela cota mínima mensal e pelas encomendas efetuadas pela CGT ELETROSUL para liquidação do estoque. O cálculo do Índice de Produtividade do Carvão Vendável - IPCV do exercício de 2021 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente e associa a quantidade de carvão vendável a todos os colaboradores da Companhia, próprios e terceiros. A drástica redução observada em 2017 se deu devido à redução na quantidade contratada (de 2.500.000 t/ano para 1.000.000 t/ano) e manutenção do número de colaboradores na época. A partir de 2018, com a diminuição do número de funcionários proporcionada pelo Plano de Demissão Incentivada, é possível observar o aumento do indicador. Em 2020 também é possível observar uma nova queda com a parada da usina e redução no fornecimento de carvão durante cinco meses. O aumento do indicador no ano de 2021 se deu, principalmente, pelo aumento na produção de carvão.

DESCRIÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
Carvão Vendável (t/ano)	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1.119.461	1.875.151
Total Homênia	100.934	80.762	73.966	74.835	73.234
IPCV* (t/ha)	15,32	17,24	19,16	14,96	25,60

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável - IPCV

1.4. Desempenho Operacional: Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

VALORES HISTÓRICOS EM REAIS	2017	2018	2019	2020	2021	VARIACÃO % 2021/2020
Receita Bruta Anual	126.699.417	105.584.377	113.544.548	106.942.494	157.727.744	47,12%
Receita Líquida Anual	101.064.184	100.904.108	108.416.183	101.956.823	149.997.946	47,12%
Custos dos Prod. Vendidos	87.356.904	78.632.831	88.991.646	80.476.152	135.616.622	68,52%
Resultado Bruto	13.707.280	22.271.277	19.424.537	21.480.670	14.381.324	-33,05%
Despesas Operacionais	45.533.390	60.598.881	29.260.500	27.675.172	38.783.046	3,93%
Res. Operantes Res. Financ.	-12.502.539	-25.293.925	-8.646.775	-5.819.254	-13.587.710	-132,17%
Resultado Financeiro	-19.323.661	-13.031.679	-1.420.640	-375.247	-540.753	-45,89%
Resultado Operacional	-31.826.100	-38.325.605	-10.067.415	-6.194.502	-147.128.464	-127,24%
Investimentos	287.757	422.163	315.105	512.776	601.102	17,23%

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

2.1. Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante	151.005.491,34	142.873.829,01	Circulante	71.597.581,99	60.818.844,60
Disponibilidades (nota 2.3.1)	26.001.339,19	2.388.520,97	Fornecedores	14.078.449,44	7.765.744,74
Contas a receber de clientes (2.5.4.1)	22.989.445,65	18.168.711,77	Tributos federais (nota 2.5.13)	2.523.322,27	2.066.500,87
Créditos tributários (nota 2.5.3)	44.045.492,16	46.659.772,44	Tributos estaduais e municipais	1.144.584,50	840.683,08
Demaís contas a receber (nota 2.5.4.2)	4.207.106,10	761.863,59	Tributos estaduais e municipais	339.940,73	143.028,61
Estoque (2.5.5)	39.182.711,78	39.947.443,31	Demaís contas a pagar (nota 2.5.10)	24.514.359,15	21.777.167,70
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	14.579.396,56	34.947.516,93	Juros sobre o capital próprio	28.931.175,79	27.720.785,95
			Divida com controlada	0,00	0,00
			Acordos Judiciais a pagar	65.750,11	504.933,85
Ativo Não Circulante	247.299.395,84	251.644.010,83	Não Circulante	39.761.813,05	32.781.474,81
Realizável a longo prazo	26.331.365,80	26.062.521,36	Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	52.923,46	0,00
Devedores por aquisição de imóveis	19.875,92	19.875,92	Tributos federais (nota 2.5.13)	7.765.744,74	8.292.216,10
Empréstimos, depósitos compulsórios (2.5.7)	4.308.777,58	4.027.311,30	Acordos Judiciais a pagar	123.316,08	178.503,48
Outros valores (2.5.4.1.1)	22.002.912,30	22.015.034,14	Provisão para contingências (nota 2.5.12)	34.933.360,03	27.794.322,31
Investimentos (nota 2.5.8)	56.959,31	56.625,52	Provisão para impostos diferidos (nota 2.5.17)	4.652.216,46	4.808.649,02
Custo	56.959,31	56.625,52	Outros créditos	0,00	0,00
(-) Provisão para perda					
Imobilizado (nota 2.5.9)	220.442.860,78	224.901.833,43	Patrimônio líquido	286.945.492,14	300.917.520,43
Custo	410.066.286,55	409.465.385,22	Capital social (nota 2.5.14.1)	289.465.153,33	289.465.153,33
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(149.200.301,67)	(143.714.562,81)	Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	9.101.355,57	9.025.024,56
(-) Provisão para perda	(38.875.546,78)	(38.875.546,78)	Reserva de Capital (2.5.23)	74.989.104,36	74.989.104,36
(-) Provisão perda por Impairment (2.5.9.1)	(1.727.577,32)	(1.973.442,20)	Reserva de Lucros	184.612,78	184.612,78
Intangível (2.5.9)	468.209,95	624.030,52	Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(86.610.121,12)	(82.936.379,60)
Total	398.304.887,18	394.517.839,84	Total	398.304.887,18	394.517.839,84

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

VALORES EM REAIS DE 31/12/2021, COM BASE NA VARIAÇÃO DO IGP-DIFUGV.	2017	2018	2019	2020	2021	VARIACÃO % 2021/2020
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	
Receita Bruta Anual	121.775.117	164.783.271	164.543.384	125.911.546	157.727.744	25,27%
Receita Líquida Anual	168.926.424	157.478.875	157.111.601	120.041.536	149.997.946	24,96%
Custos dos Prod. Vendidos	146.015.026	122.720.572	128.962.481	94.750.705	135.616.622	43,13%
Resultado Bruto	22.911.398	34.758.303	28.149.280	25.290.829	14.381.324	-43,14%
Despesas Operacionais	76.107.981	94.572.252	42.402.932	32.584.089	28.763.046	-11,73%
Res. Operantes Res. Financ.	20.897.702	-39.475.686	-12.530.497	-7.293.259	-14.381.722	-97,19%
Resultado Financeiro	-32.298.882	-20.338.262	-2.058.724	-441.807	-547.444	-23,91%
Resultado Operacional	-53.196.583	-59.813.948	-14.589.221	-7.735.066	-14.929.166	-93,01%
Investimentos	480.979	658.861	456.635	603.733	601.112	-0,43%
Produção carvão ROM (t)	1.582.599	1.497.000	1.618.498	1.271.438	1.670.009	31,35%
Pessoal Próprio	407	319	314	318	294	-7,56%
IGP-DI	651,21	697,45	751,12	924,50	1.088,49	17,74%

1.5. Investimentos: Ao longo do ano de 2021 os investimentos em novos equipamentos e melhorias na infraestrutura da Mina de Candiota totalizaram R\$ 601.112,00 e os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM. **1.6. Utilidades - 1.6.1. Mina de Candiota:** A Mina de Candiota atualmente é a única unidade mineira em atividade de mineração da CRM e é vinculada ao abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGT ELETROSUL, com capacidade instalada de 350 MW e localizada no município de Candiota (RS). Atualmente, apenas a fase C está em operação para geração de energia, sendo que as fases A e B tiveram suas operações revogadas pelo Ministério de Minas e Energia. Foram entregues 1.875.150,66 toneladas de carvão CE 3.300 durante o ano de 2021 para CGT e a outros pequenos consumidores. **1.6.2. Mina do Leão I:** A Mina do Leão I teve sua operação iniciada em 1963 e suspensa em 2021. Atualmente se encontra com as atividades de mineração suspensas devido aos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão. Além disso, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação esterilminério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade. Atualmente a área está arrendada. **1.6.3. Mina do Leão II:** A Mina do Leão II ficou arrendada durante o período de 2012 a 2016 e, desde então, está novamente aos cuidados da CRM. Esta unidade está com sua implantação incompleta, podendo atingir uma capacidade instalada superior a 2.000,00 toneladas de carvão anualmente. Esta unidade tem vocação para atender um grande empreendimento de geração elétrica ou de gasificação. **1.6.4. Mina do Iruí:** Já a jazida do Iruí abrange os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Paró e Encruzilhada do Sul. A CRM explorou parte desta jazida na década de 80. De lá para cá foram formados protocolos de intenção e estão sendo desenvolvidos projetos no intuito de avaliar a viabilidade financeira de retornar a mineração na área. **1.7. Novos Empreendimentos e Oportunidades:** A CRM permanece se dedicando a projetos que propiciem o retorno do crescimento da Companhia, principalmente da unidade de Candiota, como o fornecimento de carvão para geração de energia elétrica através de nova usina termelétrica para uma unidade de gasificação de carvão e para exportação, empreendimentos que estão em fase de viabilização. **1.8. Meio Ambiente:** Em junho de 2018, realizou-se o pedido de renovação da Licença de Operação (LO N° 03175/2016-DL das Malhas IV e VII, atual mina em operação em Candiota. Em 25 de agosto de 2021 foi indeferido o pedido de renovação da LO e a CRM está sem a Licença de Operação. Como condição para liberação da licença de operação, o órgão fiscalizador ambiental (FEPAAM) exigiu que fosse firmado Termo de Compromisso Ambiental - TCA e, até o momento (dez/2021) a Companhia está no aguardo da renovação da licença de operação da Mina. Os PRADS - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das Malhas I e II foram protocolados no órgão fiscalizador ambiental (FEPAAM) e estão na fase de complementações. Os PRADS foram estudados com o objetivo de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração e atrelado a processo às novas legislações. Através de contrato com a empresa Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente Ltda., a CRM tem a previsão de que esses estudos estejam completos e concluídos no primeiro semestre de 2022. Em 2016 foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota na FEPAAM. Em 2017, o processo administrativo foi arquivado e o EIA-RIMA realizado pela empresa PROFLIM não foi aceito pela FEPAAM. Em 2022, apesar de indeferido, a Mina de Candiota ainda necessita da conclusão do EIA-RIMA para Malhas IV e VII. A Mina de São Vicente Norte teve a licença de operação suspensa após vitória da FEPAAM, que exigiu o protocolo da LPIA da ETE para levantar o embargo. A CRM apresentou o projeto e protocolo da ETE junto ao órgão fiscalizador (FEPAAM) e atualmente está aguardando parecer desse órgão, apesar de não haver viabilidade econômica para a CRM explorar o resíduo de carvão existente que atinge aproximadamente 600 mil toneladas. A Unidade Mineira Mina do Leão P1, em Minas do Leão, foi arrendada para empresa Mina Sul, hoje Carbolul, quando foi repassada a responsabilidade ambiental perante a FEPAAM. Durante boa parte do ano de 2021 as operações de relavagem do rejeito de carvão estiveram paralisadas por determinação da FEPAAM, que suspendeu a Licença de Operação que estava sob responsabilidade da empresa arrendatária. Depois de longo período de adequações, o embargo foi suspenso pela FEPAAM no final de 2021, mas com a condição que a responsabilidade ambiental voltasse para a CRM. No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

MALTHAS IV e VII (Candiota)	HECTARES (ha)					
	2017	2018	2019	2020	2021	
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	702,3	719,1	735,06	750,68	765,78
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	560,3	564,8	579,05	609,65	643,15
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	614,4	634,1	655,75	689,55	693,85
Minas do Leão (P1)	ÁREA IMPACTADA	x	0,4	10,4	10,4	10,4
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	x	0,5	3,5	0	0
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	x	0,5	2	0	0

1.9. Gestão Administrativa e Perspectivas: Assim como 2021, a CRM seguirá focada no fornecimento de carvão mineral, principalmente, à CGT Eletrosul em 2022. O principal objetivo da atual gestão da CRM permanece sendo a melhoria na gestão de caixa, com a manutenção de sustentabilidade financeira da CRM, buscando novas receitas e a redução de custos, e procurando garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades. Na unidade mineira de Candiota, o objetivo é a continuidade da recuperação da capacidade operacional própria. Com isso, busca-se a consequente redução de custos com serviços de terceiros, através do uso de pessoal e equipamentos próprios, e investimentos em manutenção e reposição de equipamentos, principalmente nas operações de lavra, de descoberto e transporte de carvão para o beneficiamento. Em relação à Mina do Leão I, a área segue arrendada e com redução número de empregados lotados naquela unidade, apenas para serviços de conservação e manutenção patrimonial básica. A Instituição do polo carboquímico em 2017 se tornou uma grande oportunidade para a CRM. O polo foi criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e compreende dois grandes complexos em duas áreas distintas do Estado: Baixo Jacuí (onde a CRM tem a Mina do Leão I e a Mina do Leão II) e Campanha (onde está localizada a Mina de Candiota). O projeto vai reduzir a dependência do Estado em insumos para agropecuária e indústria, promover o desenvolvimento sustentável a partir do uso do carvão mineral e movimentar a economia. Entre as oportunidades da CRM está a ampla possibilidade de exportação de carvão mineral, atualmente em negociação, e a expansão da mineração do carvão através de implantação de nova unidade de mineração, conforme sucesso de empreendimento associado a esta unidade mineira em balneio de energia ou outros mercados que venham a ser viabilizados. **1.10. Situação Financeira Atual:** A CRM apresenta no momento, conforme balanços contábeis que estão sendo finalizados, posição financeira confortável, com disponibilidade financeira de aproximadamente 26 milhões de reais, situação completamente oposta a encontrada quando a atual diretoria assumiu, em setembro de 2019, quando a disponibilidade financeira era praticamente zero.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021

Melvins Barros Junior
Diretor Presidente

João Batista Alves Rodrigues
Diretor Administrativo

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico

2.2. Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

2.1. Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro	2021	2020	2.2. Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 3
--	------	------	---



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gácho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
CNPJ 92.724.145/0001-53



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	(14.128.463,83)	(6.194.502,21)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	5.461.559,43	5.897.446,39
Custo das baixas do ativo imobilizado		56.998,17
Juros e Variações Monetárias ativas	(452.831,95)	(479.610,07)
Juros e Variações Monetárias passivas -	1.309.250,83	835.068,79
Provisão Reversão para contingências		
Cíveis/trabalhistas	7.139.037,72	5.237.741,26
Provisão Reversões tributárias e outras	156.435,54	123.776,00
Reversão Provisão Impairment	(245.864,88)	(260.800,89)
Lucro líquido ajustado	(780.877,14)	5.216.108,65
Variações no ativo:		
Redução contas a receber de clientes	(4.820.733,88)	(153.425,16)
Aumento estoques	154.731,53	(18.478.161,07)
Aumento créditos tributários	2.847.052,41	3.084.846,74
Redução outras contas (56.535,00)	16.762.466,81	11.886.665,05
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	6.380.887,87	(536.936,70)
Aumento/Redução impostos e contribuições	407.082,49	(1.120.718,78)
Redução/aumento contribuições sociais a recolher	443.588,36	(111.480,34)
Aumento outras contas a pagar (53.167,07)	2.374.958,51	1.876.977,56
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	52.923,46	(845.296,99)
Outras Adições no passivo não exigível	(216.826,27)	(2.937.118,35)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	24.215.254,15	(2.117.540,29)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido das atividades de financiamento		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado - compra	(601.102,14)	(512.778,26)
Investimento	(1.333,79)	(241,64)
Cx. liq. usado nas atividades de investimento	(602.435,93)	(513.019,90)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	23.612.818,22	(2.630.560,19)
Cx. e equival. de cx. no início do exercício	2.388.520,97	5.019.081,16
Cx. e equival. de cx. no final do exercício	26.001.339,19	2.388.520,97

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2021 - Exercícios findos em 31 de dezembro

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Reavaliação	Legal	Estatutário	Reserva p/ Contingência	Reserva de Lucros Acumuladas	Lucros Retidos	Total do Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro 2019	289.465.153,33	74.989.104,36	9.708.693,52	2.833.111,99	6.355.929,07	838.236,25	10.027.277,31	-77.201.981,88	306.988.246,64	-
Reserva de Capital										
Reserva de Lucros										
Reserva de reavaliação										
Realização da Reserva de Reavaliação			-460.104,49						460.104,49	460.104,52
Realização Reserva contingência						-32.659,53	-32.659,53		-32.659,53	
Prov. Tributos diferidos s/Res. Reavaliação										
Juros sobre o capital próprio										156.435,53
Ajustes de Exercícios anteriores (nota 2.5.15)										
Compensação de prejuízo										
Prejuízo do exercício								-6.194.502,21	-6.194.502,21	-6.194.502,21
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio										
Saldos em 31 de dezembro 2020	289.465.153,33	74.989.104,36	9.405.024,56	2.833.111,99	6.355.929,07	805.576,72	9.994.617,78	-82.936.379,60	300.917.520,43	-5.734.397,69
Reserva de Capital										
Reserva de Lucros										
Reserva de reavaliação										
Realização da Reserva de Reavaliação			-460.104,53						460.104,53	460.104,53
Realização Reserva contingência										
Prov. Tributos diferidos s/Res. Reavaliação										
Juros sobre o capital próprio										156.435,54
Ajustes de Exercícios anteriores (nota 2.5.15)										
Compensação de prejuízo										
Prejuízo do exercício								-14.128.463,83	-14.128.463,83	-14.128.463,83
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio										
Saldos em 31 de dezembro 2021	289.465.153,33	74.989.104,36	9.101.355,57	-	-	-	-	-86.610.121,12	286.945.492,14	-13.668.359,30

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020	Varição
Disponibilidades	26.001.339,19	2.388.520,97	23.612.818,22
Caixa	5.247,80	6.489,76	-1.241,96
Disponibilidades em bancos	1.985.447,07	1.378.980,84	606.466,23
Aplicações financeiras	24.013.044,32	1.003.441,37	23.009.602,95

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021

2.5.1. Contexto Operacional: A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos às normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 6.404/06 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. A empresa aplica a política de custo prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida o custo prazo é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30. A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu no reunião de Diretoria realizada em 26/03/2022. **2.5.1.1. Base de Documentos:** No ano de 2018 houve uma manifestação referente a ação da Polícia Civil que realizou uma busca e apreensão de documentos face a uma denúncia de possível irregularidades em licitações efetuadas na Companhia. Até a presente data, nenhuma outra informação ou ação foi realizada com o conhecimento da CRM, estando a investigação ainda em andamento. **2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis:** **2.5.2.1. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. **2.5.2.2. Moeda Funcional:** A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais. **2.5.3. Créditos Tributários:** **RS 44.045.492,16 (RS 46.659.172,44 em 2020), composto de:** a) Impostos Federais Pagos a Maior - RS 7.551,61 (RS 7.551,61 em 2020); b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 - RS 3.166.677,77 (RS 3.226.975,93 em 2020); c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 - RS 172.864,24 (RS 94.759,96 em 2020); d) PIS/COFINS não cumulativo a restituir - RS 12.109.989,06 (RS 12.109.989,06 em 2020); e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº 10.833/03 - RS 5.299.110,99 (RS 10.203.428,42 em 2020); f) IRPJ/CSLL a compensar - RS 3.565.913,34 (RS 5.067.035,35 em 2020); g) IRPJ/CSLL a restituir - RS 18.442.259,98 (RS 15.182.378,47 em 2020); h) IRPJ a recuperar (glossa SRP) - RS 150.548 (RS 159.596,46 em 2020); i) IRPJ/CSLL estimativa mensal - RS 1.252.614,84 (RS 838.358.161,69 em 2020); j) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - RS 2.714.181,04 (RS 6.940.267,41 em 2020), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido; l) Controle do Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - RS 59.019,91 (RS 28.140,64 em 2020); m) Créditos recebidos da Secretaria da Receita Federal que estavam lançados no passivo por falta de identificação da origem RS (17.199.540,05) (RS (4.615.143,81) e liquidação de processos e parcelamentos RS (1.203.375,64) em 2020); n) IRRF - F Aplicações financeiras RS 2,09 (RS 6,67 em 2020). **2.5.4. Contas a Receber - 2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:** Contas a receber de clientes: RS 22.989.445,65 (RS 18.168.711,77 em 2020), tendo como valor mais relevante RS 14.203.123,00 (RS 9.625.256 em 2020) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Gerência Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. **2.5.4.1.1 - Outros Valores Não Circulantes:** Créditos no montante de RS 22.022.860,22 referente a situações conflituosas compostas por: a) 8º Termo Aditivo Contratual - CGTEE: Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão em um arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de RS 21.284.447,06 (RS 21.284.447,06 em 2020); b) Imputação Débitos TCE - Valores a serem cobrados de ex-diretores referente processos do Tribunal de Contas por possíveis irregularidades de gestão no valor de RS 572.376,63 (RS 572.376,63 em 2020); c) Confissão de Dívidas: Acordo de parcelamento efetuado com cliente no valor de RS 146.088,81 (RS 158.210,45 em 2020); d) Devedores por aquisição de imóveis - no valor de RS 19.675,92 (RS 19.675,92 em 2020). **2.5.4.2. Demais Contas a Receber:** **RS 4.207.106,00 (RS 761.863,59 em 2020), composto de:** Adiantamentos e Contas Correntes: RS 334.508,60 (RS 296.851,86 em 2020); Outros Valores - RS 3.904.814,08 (RS 437.228,41 em 2020); sendo RS 2.052.702,47 de antecipação tributária para a Prefeitura Municipal de Candiota e RS 1.025.547,94 proveniente de vendas de imobilizados (Colônia de Férias de Tramandai e Clube de Minas do Leão). **2.5.5. Estoques:** Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores à realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2021	2020
Carvão	27.735.066,95	30.172.220,80
Produtos Acabados		
Produtos em Elaboração	27.735.066,95	30.172.220,80
Almoxxifado	11.447.644,83	9.775.222,51
Total	39.182.711,78	39.947.443,31

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte: Despesas do Exercício seguinte: RS 14.579.398,58 (RS 34.947.516,93 em 2020), tendo como valor mais relevante RS 13.557.862,16 (RS 34.885.840,30 em 2020) que corresponde ao total de gastos atenuados pelo avanço da área de descoberta (retirada das camadas de terra vegetal e esteiras), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: **RS 4.306.777,58 (RS 4.027.811,30 em 2020), tendo como valores mais relevantes:** a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de RS 717.321,26 (RS 717.321,26 em 2020); b) Depósitos Trabalhistas - RS 1.963.838,50 (RS 1.682.872,22 em 2020); c) Penhora de Créditos Bancários - RS 1.627.617,82 (RS 1.627.617,82 em 2020). Foi decisão judicial trabalhista, houve a penhora do valor e posta à disposição do judiciário; contudo, não houve a efetiva entrega ao reclamante por conta de uma interposição de recurso. **2.5.8. Investimentos:** O valor total de RS 56.959,31 corresponde a: RS 13.333,08 em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM (RS 11.999,29 em 2020); RS 23.245,42 em ações e quotas outours

empresas, RS 20.380,81 em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição. **2.5.9. Imobilizado e Intangível:** O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cálculo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3), 2.5.9.1. **Provisão Perda por Impairment:** Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de Impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. De acordo com a Lei nº 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da Unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de RS 1.727.577,32 (RS 1.973.442,20 em 2020) em investimentos referentes ao arrondamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos no ano de 2012.

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2020	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2021	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	55.625,52	1.333,79	0,00	0,00	0,00	56.959,31	0
Subtotal	55.625,52	1.333,79	0,00	0,00	0,00	56.959,31	0
Terenos e Terras	1.871.716,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.871.716,65	0
Terenos e Terras-Reserva	5.651.099,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.651.099,48	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.488.404,13	0,00	0,00	0,00	0,00	12.488.404,13	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reserva	3.701.405,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.701.405,19	0,03 a 6,81
Equip. de Produção	110.997.941,82	278.510,00	0,00	0,00	0,00	111.277.451,82	0,06 a 100,00
Equip. de Produção-Reserva	17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000.000,00	2,23
Equip.de Manutenção	3.087.915,85	20.487,60	0,00	0,00	0,00	3.108.403,45	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.816.839,10	0,00	0,00	0,00	0,00	11.816.839,10	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.189.739,30	5.683,10	-200,81	0,00	0,00	1.195.221,59	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	8.137.042,47	290.722,44	0,00	0,00	0,00	8.427.764,91	0,27 a 45,99
Instalações	18.252.542,72	4.699,00	0,00	0,00	0,00	18.257.241,72	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478.243,40	0,00	0,00	0,00	0,00	478.243,40	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043.479,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.043.479,04	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	-143.714.562,81	0,00	0,00	0,00	-5.305.738,86	-149.020.301,67	0
Imobilização em Andam.	196.302.820,67	0,00	0,00	0,00	0,00	196.302.820,67	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446.195,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.446.195,40	0
Ajustes a Valor de Mercado	-38.875.548,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.875.548,78	0
Provisão Perda Impairment	-1.973.442,20	0,00	-245.864,88	0,00	0,00	-1.727.577,32	0
Subtotal	224.901.833,43	601.102,14	-246.065,69	0,00	-5.305.738,86	220.442.860,78	0
Intangível-Prop.Ant.Candiota	2.182.360,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.182.360,94	0
Amortiz.Acumulada	-1.558.330,42	0,00	0,00	0,00	-155.820,57	-1.714.150,99	0
Subtotal	624.030,52	0,00	0,00	0,00	-155.820,57	468.209,95	0
Total do Imobil./Intangível	225.525.863,95	601.102,14	-246.065,69	0,00	-5.461.559,43	220.911.070,73	-
Total	225.581.489,47	602.435,93	-246.065,69	0,00	-5.461.559,43	220.968.030,04	-

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 9.101.355,87** (R\$ 9.405.024,56 em 2020) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda. **2.5.15. Demonstração do Resultado:** a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2021	2020
Receita Bruta das vendas	157.727.744,65	106.942.493,63
(-) Impostos sobre Vendas	7.729.797,74	4.985.670,49
(-) Devoluções de Vendas	-	-
(-) Receita Líquida das Vendas	149.997.946,91	101.956.823,14
b) Resultado Financeiro Líquido - R\$ (540.753,46) - (R\$ 375.247,99) em 2020), compondo seu saldo uma receita financeira de R\$ 895.221,52 (R\$ 485.367,18 em 2020) para uma despesa financeira de R\$ (1.435.974,58) (R\$ 860.615,17 em 2020). As receitas financeiras são compostas basicamente de atualizações monetárias R\$ 452.831,95 (R\$ 479.978,59 em 2020), sendo o restante oriundo de aplicação financeira R\$ 460.770,41 (R\$ 2.404,84 em 2020) e descontos obtidos R\$ 25.718,61 (R\$ 2.983,75 em 2020) e juros ativos R\$ 1.853,87, com a respectiva redução tributária de R\$ (45.953,32). As despesas financeiras compõem-se de Atualizações monetárias R\$ 1.298.815,58 (R\$ 799.161,10 em 2020), pagamento de juros R\$ 49.424,41 (R\$ 49.710,10 em 2020), multas R\$ 90.322,32 (R\$ 10.244,25 em 2020) despesas bancárias R\$ 1.039,06 (R\$ 14.700,72 em 2020); recuperação de despesas R\$ (3.626,39). c) Outras Receitas - R\$ 6.069.311,51 (R\$ 3.209.343,87 em 2020) cuja formação é composta pela Venda de Sucatas R\$ 610.387,00 (R\$ 102.559,42 em 2020); venda de bens do imobilizado R\$ 1.571.700,00 (R\$ 0,00 em 2020); reversão de indenizações R\$ 2.825.455,27 (R\$ 2.012.436,84 em 2020); reversão da provisão para contingências R\$ 454.343,46 (R\$ 690.846,77 em 2020); Reversão Impairment R\$ 245.864,88 (R\$ 260.800,88 em 2020); multas contratuais R\$ 11.527,08 (R\$ 20.399,42 em 2020); receitas diversas R\$ 109.144,80 (R\$ 69.582,08 em 2020); arrendamento Leão I R\$ 153.750,00 (R\$ 61.500,00 em 2020); Indenizações Cíveis recebidas R\$ 99.102,99 e Resultado de equalização patrimonial R\$ 1.333,79. d) Despesas Indutíveis - R\$ 10.063.587,56 (R\$ 7.832.791,42 em 2020) composta quase em sua totalidade pelas provisões para contingência trabalhistas, fiscais e cíveis. 2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda: A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei nº 8.981/95.		

	2021	2020
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	0,00	0,00
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	0,00	0,00

2.5.17. Provisão para Impostos Diferidos: Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda

Alíquota	2021	2020
Reserva de Reavaliação CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.753.569,05	14.213.673,58
9%	1.237.821,21	1.279.230,62
IMPOSTO DE RENDA	15%	2.063.035,36
ADICIONAL IMPOSTO DE RENDA	10%	1.351.356,91
Provisão Impostos Diferidos	4.652.213,48	4.808.649,02

Aos Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva Estoques

Estão apresentados conforme nota explicativa nº 2.5.5, por R\$ 27.735 mil de estoques de produtos. A administração não procedeu a realização de inventário final destes estoques e nem emitiu relatório técnico para os produtos acabados, desta forma, e não tendo sido praticável a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria visando a confirmação da exatidão dos referidos estoques, não temos condições de emitir opinião sobre a adequação dos seus respectivos saldos e sobre os efeitos que possam ter produzidos na apuração dos resultados, bem como nas demais posições por eles alcançadas e apresentadas nas demonstrações contábeis nessa data.

Imobilizado

Não há evidências da realização do Inventário Anual dos Bens do Ativo Imobilizado por parte da Administração, segundo as práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, Lei nº 4.320/64 e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Provisão Ajuste Valor

A Companhia mantém provisão para perda com "Ajuste de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil, constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Eventos Subsequentes 2020 - Diligência Policial

Salientamos atenção para a nota explicativa nº 2.5.1.1, referente à ação da Polícia Civil

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

CNPJ 92.724.145/0001-53



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

2.5.18. Cobertura de Seguros: A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens móveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais. **2.5.19. Plano de Previdência Contribuição Definida:** A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa. O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	2021	2020
Plano de previdência complementar	1.094.793,25	1.070.974,56

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída. **2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado:** A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2020/2019 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, Item 82. **2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR):** Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida. O regimento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regimento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu subitem nº 001. **2.5.23. Reserva de Capital:** Em 09 de Janeiro de 2018, mediante a Lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000.000,00 sendo R\$ 75.000.000,00 em créditos adicionais e R\$ 75.000.000,00 pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido a formalização, os créditos oriundos dos JCP ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital e sua documentação tramita entre a Secretaria do Governo e a Fazenda Estadual. Com relação aos créditos adicionais existe, ainda, margem para o aporte, pois ao longo do ano de 2019 foram integralizados R\$ 38.000.030,31 e não realizaram mais nenhuma ação de aumento de capital. **2.5.24. Apuração de Prejuízos:**

	2021	2020
Prejuízo antes da reversão dos Juros s/Capital Próprio	(14.128.463,83)	(6.194.502,21)
Reversão dos juros s/Capital Próprio		
Prejuízo Líquido do Exercício	(14.128.463,83)	(6.194.502,21)

Ao final do ano do exercício de 2021, a Companhia apresentou o prejuízo de R\$ (14.128.463,83), conforme demonstrado abaixo: Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **2.5.25. Demonstração dos Fluxos de Caixa:** A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a NBC TG 03 - Demonstração dos fluxos

3. Relatório dos Auditores Independentes

que realizou, busca e apreensão de documentos para verificação de irregularidades em certames públicos despendeados no passado, e que teriam dado prejuízo ao A. Administração, sendo que até o momento não tivemos conhecimento de eventuais desembolsamentos a esta Companhia. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

8º Termo Aditivo Contratual - CGTEE

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.5.4.1.1 "a", que está sendo discutidos em tribunal arbitral os créditos anteriormente referidos à assinatura do 8º Termo Aditivo com a empresa CGTEE, no montante de R\$ 21.284 mil ainda não quitados por essa empresa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinados com relatório emitido em 26 de março de 2021, contendo opinião com ressalva sobre os mesmos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva", com exceção a conta de Fornecedores.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia, é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a respeito da responsabilidade da administração.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se

de caixa, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os termos utilizados nas demonstrações dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Empresa e outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento: referem-se às aquisições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos. **2.5.26 Processo com probabilidade de perda (Possível), NÃO PROVISIONADO:** Suscitante: CRM Companhia RioGrandense de Mineração. Susciclado: CGT/Eletrosul. Trata-se de processo de arbitragem instaurado pela CRM em face da CGT Eletrosul na qual a empresa suscitante da arbitragem postula o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, a anulação do 10º TA, o pagamento de indenizações, a condenação no pagamento do transporte do pó à usina, entre outros, tendo a Suscitada formulado carta pedidos. O processo arbitral foi suspenso em 2020, em razão da pandemia causada pela COVID-19. Situação Atual: Designação de audiência presencial para o mês de maio/2022. Valor estimado em 31.12.2021 - R\$ 150.000.000,00. **2.5.27. Impacto da COVID-19** - Em conexão com as demonstrações contábeis do exercício, a administração da Companhia, adotou políticas e ações internas para responder a situação da pandemia do coronavírus - COVID 19, evento com reflexos em escala mundial. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, irá gerar impactos, em alguma extensão, nas operações da Companhia. Para buscar aliviar os efeitos dessa calamidade em nossas operações, implementamos medidas preventivas, tais como: protocolo para ocorrências; revisão das medidas de limpeza e procedimentos; cancelamento de eventos internos e viagens; suspensão de visitas de fornecedores; fechamento de áreas de convivência, foco na higienização de áreas críticas; intensificação de limpeza em outros ambientes, práticas de home office e reuniões remoto, controle e monitoramento de casos suspeitos, antecipação de compras de fornecedores. Os objetivos são assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, assim como garantir a continuidade de nossas operações. No ano de 2021 tivemos vários colaboradores acometidos pela moléstia, mas devido aos cuidados impostos pela empresa, muitos poucos precisaram de hospitalização, acarretando pouco impacto nas nossas operações. Com relação às maneiras de mensuração dos ativos e passivos, não identificamos até o momento situações ou alterações relevantes nas estimativas de recuperabilidade dos ativos, provisão para perdas de crédito, realização líquida dos estoques e dos tributos diferidos.

Porto Alegre, 26 de março de 2022.

Melvis Barrios Junior
Diretor Presidente
CPF nº 294.253.950-04

André Felipe Rodrigues
Diretor Administrativo
CPF nº 123.476.290-49

Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF nº 432.523.380-68

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a administração realizou de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Elaborado do Sul, 20 de abril de 2022.

ROBERTO CALDAS BIANCHESSI:38 051745000
Assinado de forma digital por ROBERTO CALDAS BIANCHESSI:3805174500 0
Dados: 2022.04.20 15:58:28 -03'00'

AuditLink & Cia. Auditores - CRC/RS 003888/F-0
Roberto Caldas Bianchessi - Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

4. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia RioGrandense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2021, e nos meses iniciais do corrente ano, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datada de abril de 2021, somos de opinião que, com as devidas ressalvas apontadas pela Auditoria, que ao longo de nossas reuniões não é possível mensurar, notadamente, estoques de produtos, imobilizado e provisão para ajuste ao valor de mercado, estando as peças contábeis em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 28 de abril de 2022

Maria Ester Rodrigues Gazzalo
CPF 509.955.020-72

Ademir Baretta (Presidente do conselho)
CPF 337.337.670-04

Antônio G. Classmann
CPF 290.549.900-15

Stefanie H. Eskereski
CPF 074.399.054-40

Ricardo Garcia Amaral
CPF 620.816.400-15

5. Manifestação do Conselho de Administração

Foi apresentado pelo Gerente de Contabilidade, Roberto Reischak Dias, o balanço patrimonial 2021. Tendo tomado conhecimento, em reunião, nesta data, do relatório da Diretoria e das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31/12/2021, ante os esclarecimentos prestados pelo contador da Companhia; Entendemos, os conselheiros, que, sejam as mesmas, apreciadas pela Assembleia Geral dos acionistas; sendo assim, atende, plenamente, as formalidades legais.

João Jacob Bettoni
CPF 415.453.970-15

Nelcindo Galli
CPF 566.968.140-72

Sérgio de Medeiros Ilha Moreira
CPF 004.707.910-04

João Jacob Bettoni
Presidente do Conselho
CPF: 007.516.180-04

Maria Loreni Gay Backi
CPF: 406.347.360-00

Melvis Barrios Junior
CPF 294.253.950-04

6. Composição da Diretoria e Conselhos

Diretoria
Melvis Barrios Junior - Presidente
João Batista Alves Rodrigues - Administrativo
André Felipe Rodrigues - Técnico

Conselho Administrativo

João Jacob Bettoni
João Jacob Selbel
Maria Loreni Gay Backi
Melvis Barrios Junior
Nelcindo Galli
Sérgio de Medeiros Ilha Moreira
João Jacob Bettoni

Conselho Fiscal

Ricardo Garcia Amaral
Stefanie Henking Eskereski
Maria Ester Espindola Rodrigues
Ademir Baretta
Antônio Guido Classmann.